



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES**  
**AVENIDA CANAÃ, 102 – CENTRO CNPJ 01.557.884/0001-62**

Processo Administrativo nº 142/2024  
Processo de Inexigibilidade nº 007/2024

**CONSULTA DE PREÇO DE IMÓVEL**

**Ao Senhor**

**Antonio Coelho De Arruda Filho**

**Nesta**

A Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes-MA, pessoa jurídica de direito publico interno, por meio de sua Comissão de Contratação, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, vem solicitar a Vossa Senhoria, caso seja do seu interesse, a apresentar proposta de preço para locação de um imóvel urbano, abaixo indicado:

**DO OBJETO DA CONSULTA:**

Locação de um imóvel urbano de sua propriedade localizado na Rua Lírios dos Vale, nº 14, Centro, São Pedro dos Crentes – MA, pelo preço de mercado, consoante avaliação prévia a ser feita pelo setor competente da prefeitura.

**DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:**

- a) Cédula de identidade e CPF dos proprietários;
- b) Certidão Negativa de Tributos Municipais.


São Pedro dos Crentes-MA, 12 de dezembro de 2024.

## PROPOSTA DE PREÇO DE IMÓVEL

São Pedro dos Crentes (MA), 12 de dezembro de 2024.

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES - MA

Em resposta a consulta que nos foi feita, venho comunicar do interesse em firmar contrato com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES/MA**, de Locação de um imóvel urbano, de minha propriedade localizada na Rua Lírios dos Vale, nº 14, Centro, São Pedro dos Crentes – MA, pelo valor mensal de R\$ 2.118,00 (dois mil cento e dezoito mil reais).

  
**ANTONIO COELHO DE ARRUDA FILHO**  
CPF Nº 242.636.723-72

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO  
GERÊNCIA DE ESTADO DE JUSTIÇA,  
SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAI901303330



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 027645442004-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/06/2004

NOME

ANTONIO COELHO DE ARRUDA FILHO

FILIAÇÃO

ANTONIO COELHO DE ARRUDA E DECY DOS SANTOS ARRUDA

NATURALIDADE

CAROLINA - MA

DATA DE NASCIMENTO

16/12/1966

DOC ORIGEM

CASAM.N.401 FLS.101 LIV.02

CPF

242636723-72

P-200

ORLANDO TRINTA AROUCHE  
ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Classificação: Rural Residencial Rural		Tipo de Fornecimento: MONOFÁSICO	
Tensão Nominal Disp: 220 V Lim Min: 202 V Lim Max: 231 V			
ANTONIO COELHO DE ARRUDA FILHO INSTALAÇÃO: 31942330 CPF: ***.636.72*-** AV PRINCIPAL, S/N, CEP: 65978-000 RURAL - SAO PEDRO DOS CRENTES - MA			
		Parceiro de Negócio <b>12233930</b>	
		Conta Contrato <b>31942330</b>	
Conta Mês	Vencimento	Total a Pagar	
<b>12/2024</b>	<b>30/01/2025</b>	<b>R\$ 96,33</b>	

Data das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	22/11/2024	23/12/2024	31	22/01/2025



NOTA FISCAL Nº 105028802 - SÉRIE 000 /  
 DATA DE EMISSÃO: 23/12/2024  
 Consulte pela Chave de Acesso em:  
<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NF3E/Consulta>  
 chave de acesso:  
 21241206272793000184660001050288022004924930  
 Protocolo de autorização: 3212400030175025 -  
 26/12/2024 às 18:28:32

**INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE**

• DEBITOS: 10/2024 R\$41,35 • Períodos: Band. Tarif.: Amarela : 23/11 - 30/11 Verde : 01/12 - 23/12

Itens de Fatura	Quant.	Preço Unit.(R\$) com Tributos	Tarifa Unit.(R\$)	PIS/COFINS(R\$)	ICMS (R\$)	Valor(R\$)	Tributo	Base(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)
Consumo (kWh)	126	0,759286	0,710810	6,12	0,00	95,67	ICMS	0,00	0,00	0,00
Adicional Bandeira				0,05	0,00	0,66	PIS	96,33	0,9694	0,93
							COFINS	96,33	5,4366	5,24

**CONSUMO kWh**

DEZ/23	350
JAN/24	236
FEV/24	290
MAR/24	248
ABR/24	271
MAI/24	245
JUN/24	281
JUL/24	296
AGO/24	112
SET/24	65
OUT/24	42
NOV/24	92
DEZ/24	126


☐ Ativo

Medidor	Grandeza	Posto Horário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo	Reservado ao Fisco
10560049035	Consumo	ATIVO TOTAL	53.968	54.094	1,00	126 kWh	24C8.ED42.272D.2D50.C3D7.3D57.5001.FC0C
							Resolução ANEEL
							3376/24
							Apresentação
							26/12/2024
							Nº do Programa Social

**AVISO DE VENCIMENTO**

O não pagamento dos débitos até 10/01/2025 implicará na suspensão do fornecimento de energia. Havendo suspensão do fornecimento será cobrado o custo de disponibilidade ou consumo de energia, o que for maior. Após 02 ciclos de faturamento contados da suspensão, o contrato poderá ser encerrado. Para religação será necessário pagar uma taxa e faturas em aberto. Caso efetuado efetuado o pagamento, favor desconsiderar.

**Débitos Anteriores:**  
MÊS/ANO VALOR  
10/2024 41,35



**REAVISO DE VENCIMENTO**

Consta em nosso sistema conta(s) em atraso. Confira sua situação abaixo.

**CENTRAL DE ATENDIMENTO**  
**LIGUE GRÁTIS 116**  
 ATENDIMENTO GRATUITO 24 H  
 Atendimento em português e espanhol  
 @equatorialma @equatorialma @equatorialma

Ouvidoria Equatorial: 0800 286 9803  
 Ligação gratuita de telefones fixos e móveis, de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 18h às 18h.

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 167  
 Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

**DIREITOS**  
 É direito do consumidor ou da central geradora de solicitar à distribuidora o detalhamento da apuração dos indicadores DFC, FIC, DARC e DICI a qualquer tempo.  
 É direito do consumidor ou da central geradora de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade individual relativos à unidade consumidora ou central geradora.

<b>BANCO DO BRASIL</b>		001-9 00190.00009 03373.382211 30495.049170 2 00000000009633		Pague através do PIX.	
LOCAL DE PAGAMENTO		VENCIMENTO		É mais facilidade pra você.	
PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL		30/01/2025		Para realizar o pagamento, utilize o QR CODE abaixo.	
BENEFICIÁRIO		AGÊNCIA/CÓDIGO BENEFICIÁRIO			
EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIB. DE ENERGIA S.A.		31942330			
DATA DOCUMENTO		REFERÊNCIA			
26/12/2024		12/2024			
USO DO BANCO		DATA PROCESSAMENTO		NOSSO NÚMERO	
		23/12/2024		33733822130495049	
CARTEIRA		VALOR		(+/-) VALOR DOCUMENTO	
17		R\$		96,33	
				(-) DESCONTO ABATIMENTO	
				(-) OUTRAS DEDUÇÕES	
				(+/-) MULTA	
				(+/-) OUTROS ACRÉSCIMOS	
				(+/-) VALOR COBRADO	

INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO  
 PAGÁVEL EM TODAS AS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS  
 EM CASO DE ATRASO, MULTAS, JUROS E CORREÇÃO SERÃO COBRADOS NA PRÓXIMA FATURA.

NOME DO PAGADOR/CPF/CNPJ/ENDEREÇO  
 ANTONIO COELHO DE ARRUDA FILHO 242.636.723-72



**Ficha de Compensação**





**Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes  
MARANHÃO**

Secretaria de Finanças  
Departamento de Tributação

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS**

Certidão Nº: 1074

Fornecida para: **ANTONIO COELHO DE ARRUDA FILHO**

Código: 65

CNPJ/CPF Nº: 24263672372

ENDEREÇO: RUA LIRIO DOS VALES CENTRO SÃO PEDRO DOS CRENTES MA

Certificamos que, revendo os arquivos fiscais competentes referentes aos exercícios anteriores e o atual, **NÃO EXISTEM** pendências de natureza tributária e não tributária em nome do requerente, pelo que, expedimos a presente Certidão com prazo, na forma da Lei, ressaltando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

Certidão solicitada em 05/12/2024 10:54:37

**Válida até 03/02/2025**

Código para verificação de autenticidade: 1294436060249

Endereço eletrônico: [www.xtronline.com.br/saopedro](http://www.xtronline.com.br/saopedro)



  
**Ruben Moura Fernandes**  
Diretor de Dptº. de Arrec. Tributária  
CPF: 051.816.663-05



Qualquer rasura ou emenda tornará este documento inválido



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ANTONIO COELHO DE ARRUDA FILHO**  
**CPF: 242.636.723-72**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 00:12:20 do dia 18/06/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 15/12/2024.

Código de controle da certidão: **48F7.9439.6852.D0F9**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ANTONIO COELHO DE ARRUDA FILHO

CPF: 242.636.723-72

Certidão nº: 85912533/2024

Expedição: 12/12/2024, às 16:17:57

Validade: 10/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANTONIO COELHO DE ARRUDA FILHO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **242.636.723-72**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.